

Tempos eticamente exigentes

Com as escolas fechadas, percebeu-se o quanto estas são decisivas para todos os alunos e suas famílias. Os docentes mostraram ser um corpo profissional confiável e adquiriram credibilidade acrescida para reivindicarem uma revisão do estatuto de carreira de acordo com a importância política, social e cultural da profissão.

Confessamos, apesar da angústia, da incerteza e do sofrimento que nos entrou portas adentro, que este é, para nós, um tempo marcado pela esperança. Falamos enquanto docentes que testemunhamos, como de resto todo o país testemunhou, a resposta dos professores portugueses, que os obrigou, de um dia para o outro, a encontrar soluções para uma situação profissional inédita e para a qual ninguém estava preparado.

A nossa vida tornou-se mais tensa e dolorosa, até porque muitos de nós tivemos de conciliar, no espaço doméstico, a atenção e o cuidado a ter com os filhos (ou os netos) e a atenção devida aos alunos, quantas vezes acompanhados das respetivas mães e pais, sem horários para cumprir e com novas regras de convivência a definir, numa situação de clara desvantagem perante a pressão a que todos nós, professores, estávamos sujeitos. Em condições bastante adversas, vivemos uma situação de grande desgaste pessoal e emocional, principalmente porque sabemos que, apesar de todo este esforço, os resultados ficarão sempre aquém do investimento realizado.

Ninguém nega, ao contrário do que alguns querem fazer crer, que este presente não poderá ser o futuro, ainda que, pese o desconforto e o cansaço acumulados, se saiba que não tínhamos alternativa e fizemos o que tinha de ser feito.

Descobrimos ou confirmamos, também, que nem todas as crianças, adolescentes ou jovens tinham internet ou meios de aceder ao espaço virtual, e cometemos erros, porque só quem participa no jogo, como espectador, se pode dar ao luxo de não os cometer. E ainda que, mais tarde, tenhamos de refletir sobre isso, o momento, agora, é de nos regozijarmos com o que fizemos e com a forma digna e corajosa como fizemos.

Basta olhar para o grupo de colegas que no, espaço televisivo, concebido e posto em marcha em cerca de duas semanas, teve de lidar, sem rede, com uma situação nova – que nada tinha a ver com a extinta Telescola, cujos méritos, graças à covid-19, alguns se apressaram a reconhecer, mesmo que isso fosse feito para apoucar uma iniciativa que, de facto, foi acionada para minimizar os efeitos da pandemia na vida escolar dos alunos.

Assim, no balanço possível, é necessário reafirmar que as condições de trabalho em que os professores tiveram de operar e a forma como foram capazes de responder à diversidade de situações que enfrentaram e de assumir, de uma forma tão digna, a exposição pública a que foram sujeitos, mostram que estamos perante um corpo profissional em que se pode confiar e cujo trabalho merece ser objeto de outro tipo de reconhecimento por parte do poder político.

Credibilidade profissional. A verdade é que ninguém sabe o que vai acontecer depois de agosto. Até que ponto o vírus permitirá que, com os devidos cuidados, possamos todos regressar às escolas, sem se correrem riscos desnecessários? Provavelmente, vamos ter de continuar a reinventar soluções, mesmo quando sabemos que podem não ser sempre desejáveis.

Veremos, na altura, se não se irá para a rua, berrar contra a discricionariedade do Ministério da Educação, se a tutela permitir uma abertura total nalguns agrupamentos e escolas do país e aberturas parciais noutras zonas onde o risco de contágio a isso obrigue. Veremos, igualmente, o que vai ser dito se na 24 de Julho se permitir que a permanência dos alunos nas escolas obedeça a critérios de necessidade, de forma a que os alunos em situação de risco ou, por exemplo, os do 1º e 2º anos de escolaridade tenham um volume de aulas presenciais superior ao dos restantes estudantes, como aconteceu com os alunos do Ensino Secundário.

O que sabemos é que, depois da tormenta passar e se fizer o balanço destes dias, os docentes portugueses adquiriram uma credibilidade que, entre outras coisas, lhes confere razões acrescidas para reivindicarem uma revisão do estatuto da carreira de acordo com a importância política, social e cultural da profissão. Com as escolas fechadas percebeu-se, de forma mais clara, o quanto estas são decisivas para todos os alunos e as suas famílias e, em particular, para as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violência doméstica ou portadores de deficiência que necessitem de cuidados especiais de saúde.

Decisão necessária. Ainda bem que tivemos as escolas do Ensino Secundário e os jardins de infância abertos a partir de junho. Tendo sido uma decisão não isenta de riscos, nomeadamente para uma classe docente envelhecida, que não se refugiou neste estatuto para virar a cara aos compromissos profissionais, demonstrou-se que foi uma decisão necessária. Foi necessária para que a Escola Pública se afirmasse, mais uma vez, como um baluarte da democracia e enfrentasse a resposta que as instituições de Ensino Particular e Cooperativo também souberam construir. Foi necessária para que se iniciasse uma fase mais ousada de desconfinamento, capaz de minimizar, tanto quanto possível, os efeitos dramáticos da covid-19 sobre a economia do país. E também foi necessária para evitar as campanhas indigentes, de pura má-língua, que apesar disso foram esboçadas, contra os alegados privilégios dos professores.

Neste momento, fazemos nossas as palavras de Miguel André, numa interpelação acerca do slogan 'Ninguém fica para trás' [revista Escola Informação, do Sindicato de Professores da Grande Lisboa, maio de 2020]. A dado momento, o autor escreve: "Para que este slogan seja mais do que um desejo bonito, no campo da Educação, é necessário que diversos setores o queiram e se mobilizem: o Ministério da Educação, os professores e a sociedade no seu todo. Aceitando que uns poucos tenham conseguido aprender através do chamado 'ensino a distância', parece consensual que para a grande maioria há que recuperar, no próximo ano letivo, as aprendizagens que 'ficaram no tinteiro'. E tal implica a redução do número de alunos por turma, a disponibilidade de docentes para a recuperação dos que se atrasaram, enfim, a alteração significativa das condições de trabalho nas nossas escolas. Estará o governo disposto a isto ou aceitará, seraficamente, que uns tantos fiquem para trás? Apostarão os professores na recuperação dos atrasos de seus alunos ou abandonar-se-ão à normalizada 'lei da vida'? E serão os encarregados de educação capazes de superar a ideologia que tende a

considerar a Escola uma inutilidade, uma vez que já não previne contra o desemprego nem garante bons empregos? Nada garante que a sociedade pós-covid seja melhor que a anterior; é muito provável que a desigualdade social se agrave. Mas, mesmo assim, continua a ser importante exigir que 'ninguém fique para trás'! É que as utopias costumam ser criadoras." Assim seja. É, igualmente, um sinal de esperança quando um sindicato de professores deixa de falar pela voz de outros e afirma as suas próprias posições de forma eticamente tão exigente.

Ariana Cosme e Rui Trindade